

A Questão Agrária e os Desafios da Construção da Reforma Agrária Popular

Selma de Fatima Santos
Marcio José dos Santos
Angelo Diogo Mazin

Como citar: SANTOS, S. D. F.; SANTOS, M. J. D.; MAZIN, A. D. A Questão Agrária e os Desafios da Construção da Reforma Agrária Popular. *In*: SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.145-161. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-714-2.p145-161>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A QUESTÃO AGRÁRIA E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Selma de Fatima Santos

Marcio José dos Santos

Angelo Diogo Mazin

INTRODUÇÃO

O presente texto trata de reflexões sobre o debate em torno da luta pela Reforma Agrária, no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o qual resultou na elaboração do Programa de Reforma Agrária Popular, tal programa é resultado de um amplo debate constituído no interior do movimento Sem Terra (MST), e que contou também com a articulação de vários setores da classe trabalhadora (movimento sociais, organizações políticas, sindicatos), além da contribuição de intelectuais e professores universitários.

O programa de Reforma Agrária Popular defendido pelo MST é resultado de um amplo debate construído no interior do Movimento, que contou também com a articulação de vários setores da classe trabalhadora (Movimentos Sociais, Organizações Políticas, Sindicatos), além da contribuição de intelectuais e professores universitários.

Em diferentes lugares ocorreram iniciativas pontuais que resultaram em processos de distribuição de terras pelo próprio capitalismo. Esses tipos de reforma agrária, (que não foram generalizados, e nem continhan

conteúdos progressistas) tiveram como principal objetivo o desenvolvimento do mercado interno, formar uma população consumidora e produtora de bens de consumo interno e que cumprisse com papel de ser a mantenedora de produção de comida para o operariado urbano, ou seja, de fornecedora de cesta básica. Assim, proletários urbanos e camponeses foram contemplados com uma parcela de terra e algum incentivo para a produção.

Durante décadas setores da esquerda brasileira alimentou uma proposta de reforma agrária nos moldes acima citados, na qual pressupunha uma aliança com a burguesia “interna” para derrotar o capital e a burguesia internacional, superar a condição de dependência, o atraso representado pelo latifúndio improdutivo, desenvolver a economia e o mercado interno, produzir bens de consumo interno, alimentar a população da cidade com preço mais barato e comida de boa qualidade.

No entanto, a evolução dos desdobramentos políticos e econômicos demonstraram que esta tese, não se aplica ao Brasil, pois a herança do modelo de colonização estabelecida por Portugal, casado com a construção histórica da inserção na divisão internacional do trabalho do país, afirmam o latifúndio como elemento estrutural não só da economia como também da política, e das relações de poder como um todo. No Brasil o latifúndio é parte estruturante do capitalismo.

O agronegócio é a síntese da evolução deste processo, é a resposta concreta à contradição estabelecida pela luta de classes no campo brasileiro das últimas cinco décadas. Uma luta intensa, que não foi capaz de superar o latifúndio atrasado, mas que forçou-o a se reciclar e se apresentar minimamente compatível com conjuntura econômica do século XXI.

Neste sentido, o agronegócio derrotou os argumentos da necessidade de uma ampla reforma agrária como instrumento de desenvolvimento da economia brasileira, o atraso é parte fundante deste capitalismo, ou seja, é a forma como que ele se reproduz neste espaço.

O agronegócio se utiliza de propagandas ideológicas para mostrar que revolucionou o “arcaico” latifúndio e construiu a modernidade no país através da agricultura moderna, produtivista, com alto padrão tecnológico, desenvolveu a economia brasileira, produz comida, mantém-se

como o carro-chefe do PIB (Produto Interno Bruto) sendo o responsável pelo saldo positivo da Balança Comercial, entre outros.

Assim se insere o debate da Reforma Agrária Popular: uma tentativa de superação da proposta de reforma agrária clássica e de construção de um projeto que contemple a dimensão humana e de qualidade de vida em sintonia com o ambiente, a biodiversidade, os recursos naturais que contemplam as diversas formas de vida. E não simplesmente a dimensão econômica da renda, do lucro e do individualismo burguês, pautado na propriedade privada da terra, no controle dos recursos naturais e da força de trabalho como fonte de lucro. Há uma construção recente em torno da reforma agrária popular que nos leva a um outro rumo de discussão e outra lógica de conceber as relações com a terra, com os seres humanos e com a natureza.

1 SOBRE A REFORMA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL NO CAMPO

O atual desenvolvimento das forças produtivas no campo coloca a questão da Reforma Agrária num patamar superior de discussão, elevando também o nível de enfrentamento de luta entre as classes sociais. Este desenvolvimento carrega consigo alguns elementos que modificam o debate da Questão Agrária feita até então, a qual ainda pautava a necessidade de reforma agrária característica do modelo clássico, cujo fundamento estivera voltado para o desenvolvimento interno do país, do mercado interno próprio, que pudesse resolver o problema da concentração fundiária, da produção de comida, da geração de emprego e renda para a população do campo e da cidade, que trouxesse melhoria das condições de vida junto com acesso a escola, saúde, lazer, etc. Esse tipo de Reforma Agrária continua os traços característicos de uma teoria que levasse em conta o desenvolvimento interno do país e para tanto necessitava de um programa de governo que o desenvolvesse.

Mesmo que tenha ocorrido processos de distribuição de terras pontualmente, sob o capitalismo, é importante destacar que neste modo de produção ocorreu e se desenvolve um processo inverso, que é a reconcentração de terras. Essa tendência histórica da expropriação dos camponeses no capitalismo foi analisada por Eric Hobsbawm (2007, p. 284): “a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste

século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do cam-pesinato”. Inúmeros são os exemplos que o autor da *Era dos Extremos* cita:

[...] No Japão, por exemplo, os camponeses foram reduzidos de 52,4% da população em 1947 a 9% em 1985, isto é, entre a época em que um jovem soldado voltou para as batalhas da Segunda Guerra Mundial e aquela que se aposentou de sua posterior carreira militar. Mas já em 1970 *não* havia na América Latina – fora dos mini-Estados da tripa de terra centro-americana e do Haiti – um único país em que os camponeses não fossem a minoria. A situação era semelhante nos países do islã ocidental. (HOBSBAWM, 2007, p. 285).

Outros autores também se debruçaram sobre essa tendência do fim do campesinato, que é submissão da propriedade camponesa ao Modo de Produção. Lênin, a partir de seus estudos sobre Capitalismo e Questão Agrária, escreveu em 1915 a obra: *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América – novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. Nessa obra, faz um estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, destacando os níveis de capitalização das propriedades no Estados Unidos. Estuda a intensificação da produção através da utilização de meios de produção (maquinaria, fertilizantes, técnicas de trabalho), e os níveis de assalariamento na agricultura estadunidense. Uma das suas conclusões é que:

A América confirma, com evidência particular, a verdade ressaltada por Marx no livro III do Capital, a saber, que o capitalismo na agricultura não depende das formas de propriedade e usufruto da terra. O capital encontra as mais diversas formas de propriedade medieval e patriarcal da terra: a propriedade feudal, a “campesina de nadiel” (isto é, a propriedade de camponeses dependentes), a de clã, a comunal, a estatal e etc. O Capital faz pesar seu jugo sobre todas as formas de propriedade fundiária empregando uma variedade de meios e métodos. (LENIN, 1980, p. 167).

As mudanças ocorridas no campo nas últimas décadas no Brasil, produziram forte discurso por parte do agronegócio o qual afirma que o mesmo revolucionou o latifúndio improdutivo, elevou a produtividade do trabalho, revolucionou as relações sociais de produção, dissolveu elementos anacrônicos que o campo ainda apresentava como: parceria, meeiros, forma, sub-assalariamento, etc., embora ainda persista estas relações, elas são

exceções. Argumenta que desenvolveu o aumento da produtividade de comida, avançou em ciência, tecnologia, biotecnologia, engenharia genética, assistência técnica, mecanização. Um dos principais objetivos foi o de anular os processos de Reforma Agrária, uma vez que tinha força na sociedade a legitimação de que transformava a função social da terra de latifúndios improdutivos para terra com fartura, comida, gerando trabalho, emprego, etc.

O agronegócio organiza a dinâmica da produção baseado no conceito atual de “cadeia produtiva” de determinada *commodity*. As cadeias produtivas, em geral, são controladas por monopólios de determinados ramos de produção os quais controlam os diversos momentos, desde a produção até o momento final quando o produto chega ao consumo final – geralmente para exportação.

As empresas mudaram completamente sua imagem e assumiram o discurso da sustentabilidade. O discurso atual é atuar em consonância com o ecossistema e em ética com as relações trabalhistas. No site de empresas como a Monsanto, Suzano Papel e Celulose S.A., Louis Dreyfuss, Basf, Dupont, entre outras, aparece o compromisso com o ambiente e os seres humanos, pautada na ética das relações trabalhistas, justiça social e defesa do desenvolvimento do país.

Estas empresas organizam projetos sociais nas escolas e comunidades de periferia (algumas destas tentam inclusive uma inserção nas áreas da Reforma Agrária). Formam opinião sobre o agronegócio e mapeiam e disputam o potencial mercado de trabalho. A Monsanto, por exemplo, tem uma fábrica de *roundap* granulado em São José dos Campos/SP. Procurando manter boa relação com os trabalhadores que moram no entorno para evitar problemas futuros, ela fornece cestas básicas mensalmente para a população dos bairros dessa cidade, independente se trabalha ou não na empresa. E também faz “trabalho educativo” com os jovens, na manutenção de um viveiro de mudas no mesmo local, entre outros projetos. Vale ressaltar que a produção do glifosato é proibido em vários países do mundo, mas liberado pela ANVISA - Agencia Nacional de Vigilância Sanitária no Brasil.

O Estado cumpre um papel fundamental no financiamento do agronegócio com créditos subsidiados, com juros baixos e direito a renegociações infundáveis, aumentando a dívida pública interna. O Estado brasi-

leiro é o principal parceiro do agronegócio, uma vez que garante todas as condições de infraestrutura, recursos, etc. para que o mesmo continue garantindo o saldo positivo da balança comercial. Com isso, também, as empresas financiam campanhas eleitorais e formam bancadas no Congresso Nacional, a exemplo da Bancada Ruralista, que defendem seus interesses, especialmente na disputa de recursos públicos e alteração das leis, como ocorreu com a Reforma do Código Florestal. Frações de classe disputam no âmbito da luta de classes para que seus interesses não sejam atacados.

A modernização da agricultura através do agronegócio no Brasil preservou a estrutura fundiária baseado no latifúndio e nos mostra que as configurações de classes no campo mantêm a clássica definição entre burgueses e proletários. Apresenta não mais as oligarquias localizadas, mas sim, uma burguesia internacional, associada e fundida às grandes corporações transnacionais, as formas de *joint ventures*, as corporações, associados com o capital financeiro internacional: os trabalhadores vão desde o braçal no eito até os consultores diversos. Desafio para aprofundamento da leitura das classes sociais (no caso das associações como a ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio), bem como, as formas de lutas a serem adotadas.

Por outro lado, verifica-se cada vez mais um processo violento de concentração da terra, dos meios de produção, da riqueza e de capital. Observamos no caso brasileiro, um processo que está sendo caracterizado como “reconcentração das terras”. O número de propriedades rurais, caracterizada como Grande Propriedade (TEIXEIRA, 2010) em 2003 era 112.463 unidades, sendo que em 2010 evoluiu para 130.515 unidades. A área concentrada respectivamente evoluiu de 214.843.868 hectares para 318.904.739 hectares. Em 2003, a Grande Propriedade concentrava 51,6 % das terras disponíveis para a agricultura, sendo que em 2010 passou a 56,1 % das terras disponíveis para a agricultura.

Os governos do Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma) pactuou com o agronegócio. Isso mostra a continuidade de períodos anteriores, desde o período colonial em que o latifúndio cumpre com a função de produção de matéria prima para exportação na forma de monocultura, em larga escala, mantendo o latifúndio concentrado em poucas mãos, produzindo lucro para a burguesia internacional. Não houve numa reforma agrária que rompesse com a burguesia agrária atrasada, que hoje pousa de

moderna, como se tivesse revolucionado esse setor atrasado e levado o país para a modernidade.

Os governos do PT escamoteando a realidade e escondendo as contradições com pesada artilharia ideológica, adotam o discurso conservador e denominam a pequena produção camponesa como *agricultura familiar* (que nada mais é que uma espécie de “agronegócio” e sua razão de existir é a de servir como mão de obra para o agronegócio, produzindo em suas pequenas propriedades matéria prima para o agro, usando o mesmo pacote tecnológico da revolução verde). Trata o público da agricultura familiar como se fossem os quais, ignorando que existe um processo de luta brutal e de enfrentamento para mudar a concepção de agricultura, que se baseia em valores de tais como: a agroecologia, a cooperação, o trabalho, que busca modificar a matriz tecnológica, produtiva, tendo em vista a apropriação coletiva e igualitária dos bens da natureza e dos frutos do trabalho.

Por isso, acreditamos que é necessário combater o conceito de agricultura familiar e reforçar nossa identidade de Sem-Terra, assentados e acampados do MST, ribeirinhos, quilombolas, comunidades tradicionais, enfim, assumir uma posição de classe e se firmar enquanto um campesinato heterogêneo mas em luta. E para que isto ocorra, as organizações de luta por reforma agrária precisam também se opor a esse conceito e qualificar o discurso da reforma agrária, pois aqueles que argumentam no sentido do aumento da produtividade e desenvolvimento do campo já foram capturados pelo agronegócio.

2 REFORMA AGRÁRIA POPULAR: ELEMENTOS PARA UMA TRANSIÇÃO CONTRA A ORDEM

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, foi fundado em 1984, no 1º Encontro Nacional, em Cascavel – PR. Fruto das contradições modernas no campo, surge enquanto ferramenta que organiza os trabalhadores para a conquista do território. Esses assentamentos estão em constantes conflitos com o espaço capitalista. Ou seja, os assentamentos são expressão do contrário da monocultura. Atualmente essa conflitualidade passa pela forma de produção na agricultura que em 2010, 80% das commodities e das terras por elas utilizadas se destinavam a soja,

milho, cana de açúcar e pecuária extensiva (IBGE, 2006). Essa forma de produção totalizante (monocultura) além do controle do espaço, dos territórios, modificam constantemente a paisagem. Hoje, é milho, amanhã: soja. Ano que vem, pinus ou eucaliptos. Resultado desse processo é uma mudança na paisagem dinamizando o território de acordo com a dinâmica do Capital, ou seja do mercado.

Onde se encontra a principal contradição que se depara os trabalhadores e trabalhadoras que defendem e lutam pela Reforma Agrária no Brasil: a forma de produção capitalista, em especial, no campo. Os produtos do agronegócio, não são para atender as necessidades da população atualmente. São simplesmente: mercadorias. Hoje pode ser uma determinada mercadoria, amanhã pode ser outra. A questão é a forma de produção que extrai um certa quantidade de valor do trabalhador e, no caso da agricultura, varia de acordo com a Renda da Terra e com lugar relativo a divisão Nacional, Regional e Local da produção.

Essa modernização do Agronegócio, incrementa a correlação entre as classes sociais em disputa no campo brasileiro, pois reconfiguram os interesses e os grupos em disputas. Vejamos por exemplo esse fenômeno conhecido como internacionalização das terras brasileiras. Em 2009 a multinacional Monsanto, adquiriu as empresas Cana Vialis e Alellyx, especializadas no melhoramento genético e na área de biotecnologia da cana-de-açúcar. As duas empresas faziam parte da Votorantim Novos Negócios. A Cana Vialis detém participação superior a 15% do setor sucroalcooleiro brasileiro, além de possuir mais de 1.1 milhão de hectares de terras. Já a Alellyx produz pesquisas relacionadas ao controle de pragas em eucalipto, laranja e cana-de-açúcar.

Outro exemplo foi a associação da empresa Santa Elisa, empresa brasileira com sede em Sertãozinho – SP, que moeu 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (7% da produção nacional) na safra de 2008/2009, associou-se a Amyris, empresa controlada por Capitais da Califórnia, nos Estados Unidos. Nessa associação, a Amyris passou a concentrar 70% das ações do novo Grupo chamado: Amyris Cristalsev Biocombustíveis. Em 2012 meta estabelecida foi de produzir 1 bilhão de litros de diesel de cana-de-açúcar, o que representaria perto de um quinto de toda a importação do derivado pelo Brasil, que atingiu 5,099 bilhões de litros em 2011.

Aquisição, associação, fusões e etc., são formas que as grandes empresas encontram para valorizar-se através de concentração e centralização de Capital e estrangeirizar-se. Outro exemplo de estrangeirização das terras e das empresas do setor sucroalcooleiro do Brasil, foi anunciado pelo jornal “Estado de São Paulo” em 2009, quando publicou que a multinacional Bunge, gigante do agronegócio mundial, se tornaria a 3ª maior produtora de açúcar e álcool do Brasil, a partir da aquisição do Grupo Moema, com sede em Oríndiuva – SP. O valor do negócio tinha estimativa de aproximadamente 1.35 bilhão de US\$. Segundo dados da “Revista Exame” de dezembro de 2009, a Bunge já concentrava 80% da Usina Santa Julia, localizada no Triângulo Mineiro, possuía dois projetos em construção no Tocantins (Usina Pedro Afonso) e no Mato Grosso do Sul (Usina Monte Verde).

Estima-se que no Brasil mais de 30 milhões de hectares de terras sejam controlados pelo Capital Estrangeiro. No Estado de São Paulo, são aproximadamente 521 mil hectares (fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA). No Estado de São Paulo, Segundo Sauer e Leite (2012, p. 78):

Uma atualização dos dados para 2010, valendo-nos da mesma base cadastral elaborada pelo Incra, indica, a existência de 34.371 imóveis rurais sob a propriedade de estrangeiros, abarcando um total de 4.349.074 hectares. Pela mesma tabela é possível observar que a maior parte do número de imóveis está concentrada nos estados de São Paulo (35,7% do total), Paraná (14,9%), Minas Gerais (7,68%) e Bahia (6,38%). Quando tomamos o total de área o quadro se altera, apontando a liderança para os estados de Mato Grosso (19,4% da área total), Minas Gerais e São Paulo (com 11,3% cada) e Mato Grosso do Sul (10,9%). Em ambos os casos, coincidindo significativamente com a expansão das fronteiras agrícolas.

Esse processo que esta sendo caracterizado como “estrangeirização das terras no Brasil, esta se dando principalmente nos territórios que atualmente produzem a *commoditiecana-de-açúcar*, visando a produção de açúcar e etanol. Segundo Alvin (2009, p. 55):

[...] a produção industrial de biocombustíveis foi a atividade que apresentou uma tendência clara de crescimento na captação de investimentos estrangeiros no Brasil, sendo esta concentrada preponderantemente

nos estados do Sudeste. Os IEDs em álcool e biocombustíveis passaram de 4 milhões de dólares em 2002 para 1,64 bilhões de dólares em 2008.

De acordo com o Jornal “o Valor” de 15/09/2010: “Sete grandes grupos de usinas já dominam 67% da comercialização de etanol no Brasil. A concentração avançou rapidamente no setor nos últimos anos - era de 25% em 2000 -, sustentada por fusões e aquisições e estimulada por ganhos de produtividade.” Os custos para a produção de etanol no Brasil é mais barato do planeta, chegando a 0.22 US\$ por litro, contra 0.30 US\$ dos Estado Unidos da América e 0.53 US\$ na União Europeia. Na safra 2011/2012, cerca de 283,9 milhões de toneladas da cana foram esmagadas para a produção de açúcar, enquanto 287,6 milhões de toneladas foram destinadas para a produção do etanol (MAPA, 2012). Dos 27.172.488,4 litros de etanol produzidos na Safra de 2013/2014 no Brasil, 13.908.376,8 litros foram produzidos no Estado de São Paulo, o que corresponde a 51,2% da produção nacional. Não é a toa que neste Estado está plantada 55,3% de toda a cana-de-açúcar existente no Brasil. Em 2003 as áreas consideradas como Grandes Propriedades no Estado de São Paulo concentravam 8.883.699 hectares, chegando em 2010 com 9.205.101 hectares (IBGE, 2006).

Diante de um quadro tão adverso para a reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vem desenvolvendo nos últimos anos um esforço em atualizar a análise sobre a questão agrária atual, e propor uma reforma agrária de acordo com seu tempo histórico.

A grande questão que paira, sobre o modelo de reforma agrária a ser defendido é a superação definitiva a respeito da chamada “Reforma Agrária Clássica” que segundo o MST:

No processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, o desafio de desenvolver o mercado interno para suas fábricas confrontou-se com a enorme concentração da propriedade da terra e o fato de que a maioria da população vivia no campo e sem renda, estava excluída desse mercado. Para resolver essa contradição, as burguesias industriais, que controlavam as estruturas do Estado, impuseram contra os interesses das oligarquias, dar a propriedade da terra aos camponeses. (MST, 2013, p. 22).

Este foi o grande argumento para a realização da reforma agrária no Brasil, ou seja, uma reforma que antes mesmo de resolver o problema de acesso à terra pelos camponeses, pudesse atender as demandas do

próprio capital, uma vez que a reforma agrária clássica seria uma etapa da industrialização e do desenvolvimento pleno do capitalismo, como aponta a análise do MST:

Essas mudanças nas estruturas fundiárias, feitas pelo Estado burguês, são chamadas reformas agrárias clássicas burguesas... em comum, elas têm as seguintes características básicas: eram realizadas pelas burguesias industriais; potencializavam o mercado interno através da democratização da propriedade da terra; e, buscaram transformar os camponeses em produtores e consumidores de mercadorias. (MST, 2013, p. 22).

O problema é que no Brasil na totalidade de seu território, esta etapa nunca foi posta em questão pelo próprio capitalismo, deixando órfãos os defensores deste tipo de reforma, pois, se a mesma é uma bandeira do capital industrial, e este capital empreende uma coexistência pacífica e harmoniosa com o latifúndio, os anseios por reformas não encontram ressonância, por alguns motivos-chaves como aponta o movimento.

A burguesia industrial brasileira nunca se constituiu como uma burguesia nacionalista, que queria desenvolver a nação; a indústria brasileira já nasceu dependente (do capital estrangeiro e de um mercado não de massas); a burguesia precisava ter ganhos com a superexploração da mão de obra fabril, e para isso era preciso ter um enorme exército industrial de reserva, formado pelos camponeses que migravam todos os anos para as cidades e pressionam os salários para baixo. (MST, 2013, p. 25).

Outro fator determinante está relacionado a herança colonial brasileira que alicerçou todo o processo de desenvolvimento do capitalismo baseada na grande exploração latifundiária, produtoras de monoculturas a fim de encontrar vantagens comparativas na divisão internacional do trabalho.

Até o início do século XXI, o MST, principal Movimento de luta pela reforma agrária no Brasil, ainda se pautava pela reforma agrária clássica, pois, apesar de saber que ela não se apresentava como uma necessidade do capital doméstico, ainda mantinha a esperança de que, com a eleição de um governo do campo popular, pudesse alterar minimamente as correlações de forças na sociedade, minimizar as influências externas e convencer uma parte da burguesia nacional da necessidade histórica de se implemen-

tar uma reforma agrária para desenvolver um capitalismo interno, menos dependente e mais estável e menos concentrador.

O problema é que o referido “Governo Popular” fez exatamente o contrário, alicerçou ainda mais as antigas bases latifundiárias, ao eleger como setor fundante da economia exatamente o agronegócio.

Com esse modelo, a burguesia, o Estado e os governos assumem plenamente a posição política de que não é mais necessária uma reforma agrária burguesa para o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira... então passam a combater a reforma agrária, mesmo a de versão clássica... e os movimentos populares que lutam pela terra... Ou seja, do ponto de vista do capital, considera-se que a questão agrária no Brasil está resolvida. (MST, 2013, p. 30).

O que fazer então diante de tal dilema? Seria trágico se os Movimentos de luta pela Reforma Agrária sucumbissem diante de tal cenário, pois como analisamos, a Reforma Agrária independente da vontade da burguesia e de governos, é uma necessidade de primeira ordem, inclusive para corrigir anomalias históricas do processo de desenvolvimento do capital neste território, na qual submetem a maioria absoluta da população a uma eterna penúria diante da concentração absoluta da terra e da riqueza.

Evidentemente algumas Organizações de trabalhadores, diante deste cenário, abrem mão da luta e tentam se encaixar de alguma forma nesta realidade, abrindo mão de bandeiras históricas e contentando-se com seduções feitas pelo capitalismo ou pelo próprio Estado através dos governos. Estas seduções estão materializadas no processo de dominação do capital à agricultura familiar, no arrendamento das parcelas dos camponeses para as agroindústrias do agronegócio, na aceitação de políticas públicas mínimas para atenuar as desigualdades, e na cooptação dos setores populares do campo para se adaptar como mão de obra para o agronegócio e desistirem da luta pela terra, sendo que, agora é possível amenizar a fome aguda com as políticas da bolsa família.

O MST, inserido nesta conjuntura, realizou durante anos uma ampla consulta em sua base social e ciente destas políticas, lança uma proposta concreta, como cunha tática de combate a homogeneização do campo imposta pelo agronegócio, lançando em seu VI congresso um programa

agrário que rompe definitivamente com o pensamento de reforma agrária clássica e propõe uma nova plataforma de luta em torno da reforma agrária.

Para isso reforçamos a urgência histórica de uma ampla Reforma Agrária que transforme radicalmente as bases da estrutura fundiária brasileira e,

Um novo projeto de país que precisa ser construído com todas as forças populares, voltado para atender os interesses e necessidades do povo brasileiro. Buscando assim, com a luta pela reforma agrária popular, acumular forças, obter conquistas para os camponeses e derrotas para as oligarquias rurais, organizar e politizar nossa base social, ampliar e consolidar o apoio da sociedade à nossa luta. É dessa forma que iremos construir nossa participação nas lutas de toda a classe trabalhadora para construir um processo revolucionário, que organize a sociedade e um novo modo de produção, sob os ideais do socialismo. (MST, 2013, p. 33-34).

O documento em questão rompe no sentido de que supera uma proposta de Reforma Agrária que parta da necessidade do capital, ao contrário, parte da necessidade dos trabalhadores em antagonismo ao capital, entendendo que este, não precisa de reforma agrária.

Na prática a Reforma Agrária Popular também não é um programa socialista, como bem reconhece o MST, mas já não repousa também sobre uma estratégia capitalista, por isso apontamos para a estratégia de reprojeter a Reforma Agrária a partir do interesse dos trabalhadores.

Quando se propõe um controle social, significa uma mudança na forma social da propriedade, ou seja, uma mudança estrutural, e não localizada. Para tanto, defende o MST:

devemos lutar para: a) Democratizar o acesso à terra, às águas, à biodiversidade (florestas, fauna e flora), minérios e fontes de energia. b) Impedir a concentração da propriedade privada; c) Estabelecer o tamanho máximo de propriedade da terra; d) Eliminar o latifúndio; e) Garantir a função social do uso, posse e propriedade da terra; f) Assegurar a devolução para o povo de todas as terras, territórios, minérios e biodiversidade hoje apropriados por empresas estrangeiras. g) Demarcar e respeitar todas as áreas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais e tradicionais. (MST, 2013, p. 34).

O MST é defensor de uma nova forma de sociabilidade que vai além de uma mudança no que se produz (se commodities ou alimentos), mas fundamentalmente na transformação na forma como se produz. Um elemento que consideramos importante destacar no Programa Agrário do MST, é que entendemos como a produção através do trabalho associado:

Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação. a) Assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo povo brasileiro e para as necessidades de outros povos. b) Considerar que os alimentos são um direito humano, de todos os cidadãos e não podem estar submetidos a lógica do lucro. c) Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. d) Usar máquinas agrícolas apropriadas e adaptadas a cada contexto socioambiental, visando o aumento da produtividade das áreas agrícolas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza. e) Promover as diversas formas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais. f) Instalar agroindústrias no campo sob controle dos camponeses e demais trabalhadores, gerando alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres. (MST, 2013, p. 35)

A abolição da exploração, opressão e alienação, só será possível se houver uma ruptura com a forma que produz tais elementos: a forma do Capital. Conforme observamos anteriormente, o capitalismo se consolidou historicamente através da separação dos trabalhadores dos meios de produção. O controle de tais condições para a produção da subsistência do trabalho só será possível num processo onde esteja em disputa a possibilidade de emancipação da humanidade. Nesse contexto de controle do espaço pelo capital, tal mudança só alcança êxito, se se apresentar como portadora de propostas de uma nova ordem espacial, que rompa com a divisão social e técnica do trabalho.

Associado a essa questão do controle da produção por parte dos trabalhadores, justifica-se enquanto estratégia o controle das sementes, a produção de energia e a proposição de que a educação e a cultura possam ser elementos fundantes para a superação do Agronegócio.

Diante das questões colocadas no plano estratégico, o MST, apresenta um caminho tático, traduzido em 9 elementos, sendo esses: 1. A democratização da terra; 2. Água, um bem da natureza em benefício da humanidade; 3. A organização da produção agrícola; 4. Uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura; 5. A industrialização; 6. Política agrícola; 7. A educação do campo; 8. O desenvolvimento da infraestrutura social nas comunidades rurais e camponesas e 9. Mudanças na Natureza do Estado e suas funções Administrativas. Essas propostas reúnem as condições básicas para a implementação de uma Proposta de Reforma Agrária Popular. São um conjunto de medidas que objetivam a transformação de áreas dominadas pelo latifúndio sob a forma do Agronegócio e Territórios dos Assentamentos controlados pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Fazem uma inversão que vai da democratização das terras à mudança na natureza do Estado (MST, 2013).

Uma questão colocada nesse momento, é que a Reforma Agrária Popular não é somente uma bandeira defendida pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Pela sua natureza transformadora necessita das articulação de vários segmentos dos trabalhadores e trabalhadoras na defesa de tais propostas.

CONCLUINDO

O debate da Reforma Agrária Popular se insere no contexto de abandono de uma estratégia de Reforma Agrária clássica. Ao mesmo tempo em que há esse abandono, por outro lado se fortalece a concepção da Agricultura Familiar, que representa o desenvolvimento do agronegócio na pequena agricultura. Inclusive, há o debate da concepção de Reforma Agrária. Programa de Reforma Agrária numa mistura de vários elementos que representam elementos do novo com recuperação de alguns elementos do antigo debate.

Consideramos necessário pensarmos que tipo de Reforma Agrária precisamos construir nesse momento histórico? Que tipo de assentamento devemos debater/construir nesse momento? Quais formas de cooperação, organização dos assentamentos e concepção de agroecologia precisamos desenvolver nesse tempo histórico? Que tipo de educação, cultura, lazer a

reforma agrária popular deve produzir? Esse debate devemos retomar para retomar a condução da Reforma Agrária nesse tempo histórico. Nossas posições são acumuladas de acordo com um determinado tempo histórico. As lutas, a história, o processo de formação nos possibilita compreender como se dá determinadas questões na realidade. Por isso a concepção e construção material da reforma agrária popular está sendo gestada dentro das nossas possibilidades reais e de acordo com um acúmulo teórico organizativo atual.

Nesse sentido, pensamos que a Universidade (professores aliados e alunos comprometidos com a justiça social) devem ajudar a produzir um pensamento para além do senso comum (muitas vezes alienado e limitado) e fazer uso da ciência como ferramenta de interpretação da realidade no sentido de uma postura de construção de uma práxis política que junte teoria e prática: conhecimento do real e transformação do mesmo.

O desafio para as Organizações de esquerda que mantém no horizonte a perspectiva da transformação desta realidade, devem combinar a luta direta com as possibilidades que a mesma produz na mudança das consciências. Vale ressaltar que o ensinamento marxiano de que as ideias dominantes de um determinado modo de produção são as ideias da classe dominante. Cada dia fica mais evidente que a luta deve ser produzida de forma consciente. Não se pode cometer equívocos tais como construir uma vanguarda iluminada distante da situação concreta dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse é um dos elementos que o MST compreendeu nos seus 31 anos de existência. Portanto, a Reforma Agrária Popular e sua implementação concreta será possível com trabalhadores do campo (nos mais distintos setores) e da cidade (independente do chão onde pisam) conscientes de sua tarefa histórica.

REFERÊNCIAS

ALVIM, A. M. *Investimentos estrangeiros diretos e suas relações com os processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil: projeto de cooperação técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural”* (PCT IICA/NEAD), Brasília, 2009 (Relatório de Pesquisa).

BATISTA, F. Cresce concentração nas vendas do etanol. *Valor Econômico*, 15 set. 2010. Disponível em: <<http://sistemafaeg.com.br/noticias/4973-valor-economico-15092010-quarta-feira>>. Acesso em 20 out. 2014.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. *Censos Agropecuários 2006*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/>>. Acesso em 23 out. 2013.

LÊNIN, V. I. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura* São Paulo: Brasil Debates, 1980.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA ABASTECIMENTO. *Comércio Exterior da Agropecuária Brasileira: Principais produtos e mercados*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/estudos/PUBEstudosComExtMAPAP2012.pdf> >. Acesso em 21 set. 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Programa Agrário do MST. In: CONGRESSO NACIONAL. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 6. São Paulo, 2013. *Anais...* São Paulo, 2013.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v.50, n. 3.p. 503-524, 2012.

TEIXEIRA, G. O agravamento do quadro de concentração de terras no Brasil? Brasília, 16 jun. 2010. (Mimeo).

SITES CONSULTADOS

Estadão: <http://www.estadao.com.br/noiticia/geral/bunge-pode-se-tornar-a3-maior-dobrasil-em-acucar-e-alcool,471016>.

Exame: <http://www.exame.amil.com.br/negocios/noticias/bunge-adquire-5-usinas-grupo-moema-us-1-5-bi-522279>.

O Valor: : <http://www.ovalor.com.br/arquivo/847035/>

IBG: : www.ibge.gov.br/73.